

TRAIR LACAN¹

Matheus Medeiros Silva

Eu traio Lacan quase diariamente e, revendo este trabalho, há um bom tempo. Dessa contumaz infâmia, destaco um episódio em que a tradução resultou ser dupla. Tripla, se considerarmos que minha referência era um texto obtido por transcrição, cotejamento e taxado como apócrifo. quádrupla, levando em conta que o ensino de Lacan tem o de Freud como base, ambos sendo traídos num só golpe. Por certo, tantas camadas de traição quantos aspectos salientemos numa tradução. Pois bem, refiro-me ao episódio em que, traduzindo Lacan, traí o texto de seu seminário; ou antes, traíndo a mim, traduzi o que estava sendo discutido, embora não fosse o que estava escrito; quem sabe ainda, a fidelidade ao que se transmite pode advir de um ato infiel.

Porque também à mercê do inconsciente, meu ato de traduzir transformou Hyacinthe, o pobre *juif* de Heine, no juiz de não sei que partida ou tribunal. Identificado a ele, produzi a minha versão do *famillionário*, e ninguém que me escutava na ocasião, certamente a quem não apetecia desempenhar papel nenhum nessa arena ou corte, manifestou notá-lo. Nem eu mesmo, para dizer a verdade, senão *après-coup*.

A ficha homofônica que então caiu não teve o atrevimento de propor o erro como versão final de uma tradução: o francês *juif* será lido judeu, hebreu, israelita até que se produza outras palavras para ele em português. O que ela, a ficha caída, pôde salientar foi a vastidão do campo em que se desdobra algo que em italiano se constata fácil e espirituosamente com o dito *Traduttore-Traditore*. Portanto, a traição não é um tropeço no percurso da tradução, mas antes seu fundamento.

Na trajetória dos estudos sobre a tradução, não há muitos indícios de que essa infidelidade seja mais um motor do que um impedimento. Pelo menos, à primeira vista e aos meus olhos poucos experientes. Desde então, o tradutor ora aparece como

¹ Trabalho apresentado na Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Buenos Aires, 2013.

sujeito, desempenhando uma função prestigiada e autorizada, no que implicava apenas que atendesse às preferências de seus leitores; ora como realizando uma tarefa menor, menos importante do que a do autor que lhe é referência. Podia ser demandado a ele incorporar a essência do autor em cuja obra se debruça, que lhe fosse, portanto, uma sombra ou que servisse de ponte para a expressão de sua alma. Voltando o foco para a obra, pergunta-se se ela se presta à tradução ou se a ela não se submete, dadas as suas particularidades estilísticas, quando representa um marco referencial intocável de uma época, de uma língua. Pensa-se também na oposição cópia-original, legítimo-pirata, para questionar o verdadeiro potencial que a versão traduzida tem de reproduzir nos leitores de outras línguas os efeitos evocados nos leitores, digamos, primeiros. Permeia essas visões diversas o papel de transmissão que cumpre a tradução de uma obra, revigorando-a ou confirmando seu valor.

Certamente, este não deve ser um panorama dos mais justos sobre um percurso tão longo quanto distinto, repleto de tentativas de teorização. Porém, a despeito de se reconhecer que não há tradução exatamente fiel à obra de onde parte, a preocupação maior parece recair sobre a reputação das personagens envolvidas nessa trama, num esforço de expiar suas culpas e reparar-lhes a moral. Em outros termos, a busca tem sido a de saber se o autor do original foi tratado com respeito, se seu estilo e nome foram preservados ou se, como um marido traído, teve suas habilidades e deficiências devassadas em público. Por outro viés, se o tradutor soube seduzir sua amante com eficiência e discrição, manejando as palavras de modo a evitar o flagrante e o término abrupto de seu romance ou se, pelo contrário, cuidadoso demais ou de menos, acentuou as divergências com o original, bem como, o desconforto na leitura. Por fim, se a obra se mantém recatada, virtuosa, ou se comporta como essa mulher que pode se deitar com um e com todos e com vários ao mesmo tempo; se ela sabe atrair as atenções de seus leitores sem ferir a honra do marido, sem deixar vestígios, sem que caia em desgraça. Dessa maneira, esse tipo de preocupação estimula a elaboração de juízos de valor, favorecendo a que se pense na tradutibilidade de uma obra, isto é, se ela merece ou suporta tradução. Além disso, que se avalie um tradutor como capaz ou não de executar uma tradução e, por conseguinte, se esta é de qualidade, satisfazendo às ideologias de seus tradutores, leitores e, muitas vezes, às de quem as encomenda.

Também diversos são os exemplos deste último aspecto. Tomemos o caso do Diário de Anne Frank. Conta-se que o texto, que já havia sido revisado por Otto Frank, pai da garota, sofreu algumas alterações ao ser traduzido para o alemão por Anneliese Schütz,

dentre as quais se destaca a mudança no tom empregado por ela em referência aos alemães nazistas. A tradutora se viu impelida a tornar mais amenos os termos com que Anna os tratava, os quais poderiam soar agressivos demais para o público alemão, dificultando as vendas em tal meio. Ou então, um caso que se tornou emblemático, abrindo, inclusive, um capítulo na história da tradução intitulado *Les Belles Infidèles* – mais uma vez, estas criaturas envoltas em libertinagem, consentida ou não. Aqui, ocorria de se mudar completamente os contornos de uma obra estrangeira, convertendo-a ao sistema literário do tradutor que se visse como pertencente a um meio de expressão superior. Independia de ser o sistema francês, mas calhava de ser uma prática mais estabelecida na tradição francesa, esta mais convencida da autossuficiência de sua língua e de seus padrões estilísticos. Contudo, como não lhe era exclusividade, foi um pensamento bem amparado, por exemplo, em carta de Edward Fitzgerald a Edward B. Cowell, datada de 1857, quando esse diz: “Para mim é divertido tomar as liberdades que eu quiser com esses Persas, que (como eu penso) não são Poetas suficientes [...] e que realmente carecem de um pouco de Arte para moldá-los” (FRANCISCO, 2003, p. 46).

Em psicanálise, os exemplos do enviesamento também se amontoam. Considerando, então, as peculiaridades das traduções brasileiras para textos psicanalíticos de base, tornam-se um objeto de estudo à parte. Numa das empreitadas mais recentes de tradução da obra freudiana, subsidiada pela Imago e coordenada por Luiz Alberto Hanns, denuncia-se, entre outras coisas, a perda da fluidez do texto original nas traduções que a antecederam. Sabe-se que Freud sempre se dedicou à divulgação da psicanálise, o que o levava a usar linguagem bastante acessível, que pudesse ser entendida de imediato. Gera estranhamento e alguma dificuldade para quem não tem o hábito, pois, encontrar na tradução um termo como “Ego”, tomado de empréstimo do latim, muito menos corriqueiro do que “Eu” – o qual passa a ser privilegiado na nova tradução. Em parte, essa perda se explica porque ainda contamos, em sua maioria, com versões que passaram primeiro pela organização e pela tradução inglesas, bem mais comprometidas com a padronização dos termos. Acabaram marcando os textos com um discurso mais técnico, objetivando o dito reconhecimento científico. Em grande medida, ocorre também devido à abrangência e ao impacto das proposições freudianas sobre o meio científico e sobre a sociedade leiga. Serão vistas, nesse sentido, divergências na forma com que seus conceitos são traduzidos e trabalhados a depender do grupo que os discuta: psicólogos vão adotar determinadas denominações, linguistas, outras; as pessoas vão falar de subconsciente, referindo-se a ele como reduto das emoções, dos instintos – destituir-lhe-ão de razão, vão tentar moralizá-lo. Por conta dos cismas que

abateram a psicanálise em sua trajetória, é comum encontrar diferenças nas escolhas terminológicas e conceituais das diversas escolas que foram criadas. Não podemos esquecer, contudo, da laboriosa tradução de uma língua em que as possibilidades combinatórias na gênese das palavras beiram o inacreditável, servindo de recurso, inclusive, para Freud indicar os mecanismos através dos quais o inconsciente opera. Atentemos para a infinidade de acepções que uma palavra pode ter, muitas vezes opostas entre si. Os tradutores têm que lidar com termos como *trieb* e *witz* e, geralmente, não saem ilesos desse embate. Podem arranjar soluções como pulsão e chiste, mas não podem superar o fato de que não há língua que diga tudo e não há significantes enrijecidos em significados. Se a fidelidade não se verifica numa só língua, a tradução dela também não pode ser fiel.

Mais tarde, os tradutores ainda se deparam com um sujeito chamado Lacan, difamado como avesso à compreensão. De fato, Lacan desenvolve um estilo muito próprio de transmissão. Seus períodos são muito longos, as ideias não parecem seguir um planejamento, as digressões são tão comuns quanto as homofonias ou as interrupções, produzindo a sensação de que não se aproveitou nada do que se leu. E se você teve a oportunidade de ouvi-lo, acrescenta-se à equação as irregularidades na cadência, na modulação da voz. Lê-lo é uma experiência inquietante, isso é inegável, porque você perde o rastro do sentido com muita facilidade. E quando pensa que o recuperou, descobre outros trajetos para tomar, mais desdobramentos; nunca a ideia de fechamento, de síntese. O leitor sem costume pode se sentir desrespeitado e traído, mesmo em contato com o original; pode dirigir-lhe ofensas; esquecê-lo num canto. No entanto, creio que seja uma questão mais de hábito do que a fundação de uma língua intransigente, o “lacanês”, a reclamar decodificação antes de ser oferecida à leitura. E que é mistificada como a língua de um só falante ou falada só pelo grupo esclarecido, oficial, que detém todos os direitos sobre ela. Lacan desfaz essas imagens tão logo se o lê com mais determinação. Muitas vezes, claro, ele vai dizer: “Paciência, esse é meu estilo”. Adiante, porém, ele demonstra que seria desrespeitoso com a psicanálise e com os leitores, como muitos foram depois de Freud, se não fosse firme em seu propósito: ele apela para que se faça a diferença. Faltaria em coerência com seu objeto, o inconsciente, e com aqueles que se arriscam a estudá-lo num meio pouco propício. Em algum lugar no Seminário V, lembra a realidade da clínica: a fala dos analisantes deve ser fragmentada, desorganizada, seus significados devem ser suspensos. É com isso que um analista trabalha.

Parece que os tradutores de Lacan ignoram o que traduzem. Entretanto, essa iniciativa mais didática, digamos, talvez não seja dos tradutores. A tradução oficial é de um texto adaptado ou estabelecido, como se costuma definir o processo com que se promove a amputação de trechos e passagens inteiros de sua obra. Evidencia-se algo de uma urgência em desfazer os mal-entendidos, de ajustar os parágrafos para que a compreensão possa atravessá-los inteira, de ponta a ponta. O resultado é uma definição prévia, delimitada, de onde se quer chegar ou até onde o leitor pode ir. Tudo sem lacunas ou incômodo. É uma tradução/adaptação coordenada por um comunicador bem-intencionado, preocupado com o entendimento pleno, fidedigno.

Essa modalidade de tradução encontra um forte opositor em Walter Benjamin num ensaio de 1923, chamado A Tarefa do Tradutor. Pois bem, o Sr. Benjamin ressalta que uma tradução pensada para atender às expectativas de algum grupo está fadada ao fracasso, pois sequer a obra original esteve a serviço de quem fosse recebê-la. Uma obra de arte, literária ou não, não deve idealizar um destinatário, porque cabe a ela retratar o homem em sua essência, cada um e todos eles. Determinar um alvo como esse corresponde não só a restringir as possibilidades de expressão do artista e o alcance de sua obra, mas a pressupor que se sabe o que o outro pode entender, como o entende e o que é melhor para que ele entenda. Nesse sentido, a tradução desta obra seria um jeito de informar aos leitores o que se diz naquela língua que não conhecem e que concerne àquela realidade da qual não fazem parte. Teria a função de informar, porque esta seria a função do original de onde procede. Nas palavras de Benjamin:

Que coisa “diz”, afinal, uma obra literária? Sobre que realidade informa? Diz e informa muito pouco àquele que a compreende. O que nela há de essencial não é da ordem da informação [comunicação: Mitteilung] nem do enunciado. [...]. Mas aquilo que uma obra literária contém, para lá da informação [...], não será precisamente o que nela há de inapreensível, de misterioso, de “poético”? Algo que o tradutor apenas pode reconstituir se também ele... criar uma obra poética?

Do mesmo modo, uma obra também não é concebida para ser traduzida mais tarde. Se permite ser traduzida é porque algo que lhe é inerente convoca à tradução; algo que é estrutural, não específico a dada cultura; algo que não caduca e remete à transmissão. A tradução estabelece uma relação de dependência com o original, a qual não é recíproca, o que denota submissão. Deste lugar, contudo, confere a ele uma oportunidade de cercar cada vez mais aquilo a que se propõe dizer. Talvez por conta disso, Benjamin considere o ato de traduzir como uma forma. É uma além do original e a partir dele de abordar

algo de inapreensível. Sua ênfase recai sobre a enunciação, deixando um pouco de lado o enunciado. A tarefa do tradutor seria, portanto, demonstrar a relação de intimidade que existe entre as línguas; a de demonstrar que estas estão próximas no objetivo, que não é o da comunicação, mas o de querer dizer algo.

Então, temos um *witz*. Que diante dele um francês diga *mot d'esprit* e um brasileiro, chiste, quem sabe indique que estejam no mesmo parágrafo, falando da mesma e única coisa; ou que sejam psicanalistas. O que de modo algum é um efeito desimportante. Porém, é na forma com que o dizem que se percebe que o fenômeno em si só pode ser aludido, que seu sentido só se perfila através dessas denominações, nunca aparece todo ou diretamente. É o que permite que em português se apele para uma concepção pouco ruidosa, ou seja, que além do gracejo, tenha-se em conta as implicações de quando se fala ao pé do ouvido. E que, em francês, não se desapegue de *mot* (palavra), de que certo *mot* em alemão já carrega a engenhosidade da formação do inconsciente a que se refere. Constituem modos de se aproximar do fenômeno, nas configurações previstas em cada língua. Por não o esvaziarem de sentido, liberam o caminho para que mais palavras o tomem como eixo. Intencional ou não, é possível que vejamos aí um ponto de associação com a psicanálise. Vale lembrar que num dos primeiros esboços do aparelho psíquico Freud o descreve como um aparelho tradutor.

Em carta a Fliess, de 1896, ele nos apresenta um modelo de aparelho linear, estratificado, retrazendo o percurso com que um estímulo do mundo externo pode chegar à consciência. Ilustra-nos que o acesso à consciência é intermediado por outros sistemas, os quais são regidos por lógica própria, ante a qual o material da percepção tem que se submeter a fim de encontrar passagem. Isto é, o material sofre reordenamentos sucessivos, à medida que é conduzido pelo aparelho, é traduzido para a linguagem vigente em cada um de seus sistemas, o que ocorre pelo menos três vezes, como Freud o supunha à ocasião. A tradução é referida no contexto da carta 52 como operação indispensável para driblar as defesas e, seguindo uma concepção energética, obter escoamento para as representações inconscientes. Quando o material inconsciente não cumpre as exigências de tradução, isto é, não acha equivalência no sistema seguinte, é alvo de repressão: a passagem lhe é interdita, pois a consciência não o suportaria de forma direta. Estritamente falando, aqui, a repressão consiste na impossibilidade da tradução, motivada pela ameaça de desprendimento de desprazer caso a condução fosse levada a termo sem intermediários.

Daí, podemos extrair alguns marcos para teoria psicanalítica. Primeiro, confirma-se que desde muito cedo para Freud o que é ou está no consciente é determinado com antecedência pelo que acontece no inconsciente. Nem mesmo processos triviais, como percepção e memória, que parecem estar sob o domínio da consciência, fogem às especificações do inconsciente. Com efeito, que algo se perceba ou seja lembrado dentre tantos outros elementos não vem acompanhado das razões para tal; trata-se de tema que o consciente não decide. Por conseguinte, além de não ser senhor das operações que lhe determinam, o consciente também não tem acesso ao original do que lhe chega; é traído, por assim dizer, e sucessivamente. Até desconfia disso, mas, de modo geral, não acredita que não tenha o controle. A frequência ainda pode aumentar, pois o reprimido, tendo forças para isso, produz novas traições a depender das oportunidades que encontre. Em seguida, constata-se que é à palavra que devemos nos reportar para explicar o funcionamento do aparelho psíquico. As representações inconscientes ligam-se a certas representações-de-palavra para se tornarem conscientes, que correspondem às marcas mnêmicas ou, como Freud as retoma mais tarde, em *O Eu e o Id* (1923), aos restos-de-lembranças. Neste artigo, em nota, os tradutores da edição mais recente evidenciam que o termo “lembrança” é empregado não para apontar o potencial de armazenar informação, mas para reforçar seu conteúdo, ou seja, as imagens ou os traços de imagem (sejam eles acústicos, visuais, motores etc.). Sendo assim, a associação se dá com os traços de palavras, resquícios deixados ao longo da história de vida do sujeito e que são resgatados para que o inconsciente se expresse. De outra maneira, as palavras que apreendemos na nossa experiência vivida efetuam a organização da estrutura subjetiva: através delas, o inconsciente se move. Eis um pouco da base que Freud fornece para que Lacan formule que o inconsciente esteja estruturado como linguagem.

Refazendo os passos da análise do “familiar”, Lacan reafirma o gênio freudiano quando indica que nos atenhamos à forma, à enunciação. Seu esforço é o de nos mostrar que o escândalo de sentidos está no significante e, sobretudo, na maneira com que se o aborda. No momento em que Hirsch-Hyacinth refere que havia sido tratado por Salomon Rothschild como um igual, de modo “familiar”, se cuidássemos do significado, na certa, entenderíamos o acontecido como um tropeço sem importância; correríamos a acudir Hyacinth com o providencial “familiar” que a afetação não o permitiu dizer. Tendo em vista o significante, porém, podemos pensar a palavra como uma traição em diversos níveis (o da personagem, o do poeta, o do leitor). Em outros termos, uma palavra a ser traduzida. Soa mesmo como a invasão no discurso de uma palavra estrangeira. Diante dela, somos capazes de reconhecer os traços que a

aproximam de palavras na nossa língua, mas, grosso modo, é estranha ao nosso repertório. Tentando traduzi-la, por assim dizer, Lacan atinge algumas acepções, mas sem conseguir e sem esperar produzir sua síntese ou oferecer o sentido mais adequado. Em princípio, também não podemos nos fidelizar a um papel que venha a cumprir: pode ser um chiste, um ato falho, liberdade poética, como, inclusive, pode cumprir todos eles ao mesmo tempo.

Essa riqueza de perspectivas é fornecida pelo significante na medida em que ele revela os mecanismos da criação de sentido, algo que vai orientar o desenvolvimento de uma língua e, de maneira mais ampla, do próprio mundo. Não há mundo que exista previamente à palavra que o nomeie, que seja prévio à enunciação. O significante opera na criação de sentidos pelo modo como se movimenta e se articula, promovendo as funções de metáfora e metonímia. Isto é, em tudo aquilo que implica as possibilidades de combinação e de substituição, as quais são irrevogáveis, infinitas e incidem sobre cada uma das partes que o compõem.

É mais ou menos isto que o ato de traduzir evoca: a não conformação ao significado, pois ele é estanque; não é ele que se move pela cadeia e, portanto, não é dele que brotam novos significados. Ainda mais numa língua que não é a sua própria. Buscar o significado, aí, emperra o trabalho de tradução, porque, além disso, não há equivalência plena de uma língua para outra. No caso de traduzir Lacan, essa admissão pode ser mais bem-vinda. Primeiro, porque estaremos colocando em prática o que ele ensina e que é uma amostra de como o inconsciente funciona. Depois, porque sua leitura deixa de ter a cobrança de encontrar um sentido bem-acabado: é na surpresa provocada pelo mal-entendido, como o do “*famillionário*”, que outras palavras podem surgir. Na verdade, traí-lo é o convite que o estilo lacaniano de transmissão nos faz. Temos que ler e reler os parágrafos com certa constância, pois as reviravoltas são muitas, ao modo com que o significante atua. Alguma compreensão pode advir dessas idas e vindas, mas ela também nos trai; basta, às vezes, mudar de período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter (1923). *A Tarefa do Tradutor*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. (No prelo)

FRANCISCO, Amanda Ramos. *Traduzindo Moll Flanders: As versões de Lucio Cardoso e Antonio Alves Cury sob a perspectiva dos estudos de tradução*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FREUD, Sigmund (1896). Carta 52. In : *Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. I).

_____ (1905). *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Gallimard, 1992.

_____ (1923). *O Eu e o Id*. In: FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2007. (vol. III)

LACAN, Jacques. *Séminaire V: Les formations de l'inconscient, 1957-1958*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanie.net/seminaireV.php>>. Acesso em: 01.jun.2012.